

**João Gomes Cravinho**

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da cerimónia de tomada de posse do Diretor-geral de Política de Defesa Nacional**

Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 18 de fevereiro de 2020

Uma tomada de posse é sempre um momento de renovação, e as instituições mais capazes de corresponder à sua missão, aquelas que melhor sabem interpretar as novas exigências de cada etapa e de cada momento, são aquelas que sabem aliar a experiência acumulada ao longo da sua vivência, com a disponibilidade para ocasionalmente se repensarem e aceitarem o desafio de refrescarem a sua forma de trabalhar.

As missões, que na administração pública cometemos às instituições e às pessoas que as integram, são frequentemente caracterizadas por um elevado grau de continuidade. A capacidade de cumprimento das missões releva, no entanto, de uma combinação, inteligente e consciente, da repetição de boas práticas com a abertura para a inclusão de novos modos de funcionamento. A pura e preguiçosa repetição redundará sempre

no fundamento estéril e no incumprimento da missão. A irrequieta e incessante procura da novidade é igualmente deletéria para o cumprimento da incumbência em causa. Saudamos, portanto, este momento, que é igualmente de continuidade e de rotura, como um momento de renovação e de procura de novos equilíbrios, sempre com o mesmo objetivo de serviço público em mira.

Ao longo das últimas décadas, a ação externa da Defesa Nacional tem dado um contributo fundamental na projeção do nosso país como aliado confiável, credível e comprometido com os princípios do direito internacional e da segurança cooperativa. Em estreita articulação com as nossas Forças Armadas, a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional é uma das grandes responsáveis por esse reconhecido sucesso da nossa ação externa. Considero,

portanto, da mais elementar justiça evidenciar, hoje, aqui, quando damos posse ao novo Diretor-geral de Política de Defesa Nacional, este contributo, de que tanto nos orgulhamos.

Hoje, neste momento de renovação, torna-se oportuno visitar as prioridades da DGPDN, adaptá-la, onde necessário for, aos novos tempos que se vivem, e adequar a estrutura a um contexto que não cessa de nos trazer novidades.

Face ao pedido de exoneração do Dr. Nuno Pinheiro Torres, para que pudesse abraçar novos desafios profissionais, e atendendo ao enquadramento que acabo de referir, a identificação de características adequadas para o desempenho destas funções, cedo revelou que se trata de uma tarefa exigente.

Capacidade de valorizar a experiência acumulada, combinado com a perspicácia necessária para entender os imperativos de mudança; impecáveis qualidades de liderança pessoal, elementos fundamentais para a mobilização de todos; um bom conhecimento das matérias de trabalho da DGPDN, incluindo os seus desafios mais prementes; capacidade de trabalho, e facilidade na distinção entre o essencial e o acessório; disponibilidade para o diálogo, associado à determinação imprescindível para a superação de obstáculos e dificuldades. A par de tudo, uma cultura de serviço público, e uma compreensão profundamente radicada do interesse nacional nas suas múltiplas manifestações.

Não é com facilidade que se encontra quem possa corresponder a este extenso elenco de características, mas hoje, ao dar posse ao

Dr. Paulo Lourenço, faço-o na satisfação de saber que confio a liderança da Direção-geral a uma pessoa que comprovadamente corresponde a todos estes exigentes quesitos.

A nomeação do Dr. Paulo Lourenço, em regime de substituição, é uma escolha que nos oferece garantias de que a importante e complexa agenda da DGPDN será plenamente assegurada.

Os desafios que aguardam o novo Diretor-geral são de grande monta. Um dos mais importantes é assegurar a articulação interministerial, de forma muito particular com os Negócios Estrangeiros, garantindo a coordenação de políticas e de esforços operacionais na nossa ação externa. De igual forma, é essencial uma boa articulação interna, com o Estado-Maior-General das Forças Armadas, em primeira linha, e com os Ramos e os restantes

órgãos do Ministério da Defesa Nacional. Requer-se também uma boa articulação externa, quer no âmbito das organizações internacionais e regionais que integramos, quer ao nível das nossas relações bilaterais, e de forma muito particular com os países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Esta coordenação externa e interna é tanto mais urgente e relevante, quando Portugal assume em janeiro de 2021 a presidência portuguesa da União Europeia. Trata-se de um momento particularmente exigente para a defesa europeia, com grandes avanços e largas expetativas de que esta dimensão possa reforçar a presença internacional da União e simultaneamente contribuir para alavancar a economia europeia e a portuguesa em particular. A DGPDN e o seu Diretor deverão garantir que os interesses da Defesa Nacional são plenamente integrados no

planeamento em curso, e que são identificados os recursos necessários para que se desenvolvam as ações consideradas prioritárias.

A participação portuguesa na Cooperação Estruturada Permanente e no futuro Fundo Europeu de Defesa, representa uma outra área de trabalho em que a DGPDN terá de se articular com todas as entidades relevantes para que esta nova dinâmica seja plenamente aproveitada para os interesses nacionais portugueses. E ainda no que toca à dinamização das relações com a Agência Europeia de Defesa, ou os processos de densificação da identidade europeia de defesa, é essencial que se mantenha o bom ritmo que temos em curso.



À DGPDN cabem outras importantes funções no que à monitorização do contexto internacional diz respeito, propondo medidas que permitam adaptar a nossa ação, em particular nas regiões de maior proximidade geográfica e nos espaços geográficos prioritários. Nos últimos anos, isso traduziu-se numa participação mais ativa nos fóruns ligados ao Mediterrâneo e ao Golfo da Guiné, e na assinatura de acordos bilaterais com países como a Costa do Marfim ou a República Centro Africana. Mas também na revisão dos acordos bilaterais de cooperação no domínio da defesa com países da CPLP.

Esta atualização constante deverá estar plenamente vertida no planeamento estratégico da defesa. A adoção de uma nova Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa, e a revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional que consta do Programa

de Governo, exigem-nos que saibamos desenvolver processos inclusivos e dinâmicos, que assegurem o melhor enquadramento estratégico para os nossos recursos.

Portugal continuará a cumprir os compromissos assumidos no âmbito da NATO e da UE, devendo a DGPDN garantir uma articulação o mais estreita possível com o EMGFA e os Ramos na identificação das prioridades de atuação, que garantam que o nosso país possa manter a sua reputação de aliado confiável, empenhado e disponível. A vasta experiência do Dr. Paulo Lourenço, e em particular estes últimos dezasseis meses como meu Chefe de Gabinete, deverá servir-lhe de base para dinamizar esses contactos e essa articulação.

Noutras matérias que são fruto do nosso tempo, como a ciberdefesa, o espaço, o ambiente ou a igualdade, estamos a avançar agendas progressistas e ambiciosas para que, à nossa escala, possamos posicionar a Defesa Nacional na liderança de processos que marcam o início deste século XXI e que o definirão nas décadas seguintes.

Por fim, urge ainda consolidar o conceito da Cooperação no Domínio da Defesa. Este é o momento de dar densidade a esse conceito, potenciando tanto os elementos militares como os não militares, e articulando-os com o excelente trabalho que os Ramos já desenvolvem com os nossos parceiros da CPLP. Este é um trabalho que não pode esperar.

Para todos estes desafios pode o novo Diretor-geral contar com toda a entusiástica colaboração da tutela, do meu gabinete, dos Secretários de Estado, bem como de toda a Defesa Nacional, numa atitude de diálogo e abertura que tem produzido excelentes resultados para o Ministério, para a Defesa Nacional e para Portugal.

Deixo aqui, portanto, os meus votos de sucesso profissional ao Dr. Paulo Lourenço, como Diretor-geral de Política de Defesa Nacional, e estou certo de que a sua energia, a sua dedicação e profundo sentido de lealdade institucional e ética pessoal continuarão a marcar a sua conduta, agora nestas novas funções.

Muitos parabéns e muito obrigado.